

Proposições de interesse da Secretaria da Mulher - 20 a 27/06/2016

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100/15 – do Sr. Veneziano Vital do Rêgo, que “Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal”. “Disponibiliza às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto, no âmbito do SUS”.

Relatora: Deputada Cristiane Brasil.

Parecer: pela admissibilidade.

Aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 2.638/07 – do Sr. Chico Lopes, que “Dispõe sobre a criação da Semana Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher e dá outras providências”.

Relator: Deputado Rubens Pereira Júnior.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.

Aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PROJETO DE LEI Nº 5.000/16 – do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo)”.

Relatora: Deputada Laura Carneiro.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

PROJETO DE LEI Nº 3.012/15 – da Sra. Alice Portugal, que “Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento para proteção às mulheres bolsistas em função de maternidade”.

Relatora: Deputada Maria do Rosário.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Educação (CE)

PROJETO DE LEI Nº 4.480/08 – do Sr. Roberto Britto, que “Altera a Lei nº 9.434, de 04 fevereiro de 1997, e garante as informações sobre a importância e

os benefícios da doação do sangue do cordão umbilical e a divulgação dos mesmos”.

Relatora: Deputada Geovânia de Sá.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 7.150/14 – do Sr. Rodrigo Maia, que “Altera a Lei nº 8.080, de 11 de setembro, de 1990, para determinar a realização de campanhas destinadas à realização de exames preventivos do câncer de próstata e de mama”.

Relatora: Deputada Carmen Zanotto.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 7.835/14 – do Sr. Nelson Marchezan Junior, que “Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a produção, a comercialização, a importação, a doação e a distribuição de andador infantil”.

Relatora: Deputada Shéridan.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 1.454/15 – do Sr. Roberto Alves, que “Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes”.

Relatora: Deputada Rosângela Gomes.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 3.170/15 – do Sr. Diego Garcia, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação”.

Relatora: Deputada Dulce Miranda.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 1.937/15 – do Sr. Marx Beltrão, que “Determina a distribuição de fórmula infantil e de seguimento para lactentes, destinada a necessidades dietoterápicas específicas de lactentes portadores de intolerância à lactose que não possam ser amamentados”.

Relator: Célio Silveira.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Aguardando Deliberação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

PROJETO DE LEI Nº 854/15 – da Sra. Conceição Sampaio, que “Torna obrigatória a manutenção de ao menos 1 (um) exemplar da Lei Maria da Penha em escolas e bibliotecas públicas, unidades de saúde e delegacias de polícia”.

Relatora: Carmen Zanotto.

Parecer: pela aprovação.

Aguardando Deliberação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 2.252/15 – do Sr. Roberto Alves, que “Dispõe sobre a cassação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de estabelecimentos e empresas envolvidas com o tráfico de pessoas e com a exploração sexual.”.

Relator: Ronaldo Martins.

Parecer: pela aprovação deste e da Emenda nº 1/2015, apresentada na CSPCCO, com substitutivo.

Aguardando Deliberação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)